

*Pais, professores e diretores decidem, em alguns estados, que rumo dar à educação*

# COMUNIDADE TOMA CONTA DA ESCOLA

218

A Escola Estadual Pires de Castro, no bairro Dirceu Arcoverde, um dos mais pobres de Teresina (capital do Piauí), vive desde o início de 1997 uma revolução. Sem ganhar um único computador, videocassete ou material didático novo, o colégio melhorou radicalmente a qualidade do ensino oferecido.

O segredo tem nome comprido, mas tradução simples: Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) — documento feito conjuntamente por professores, diretores, pais e alunos estabelecendo as regras e metas que o colégio pretende atingir. Mais do que isso, o PDE define quem realizará cada tarefa e até quando ela deverá ser concluída.

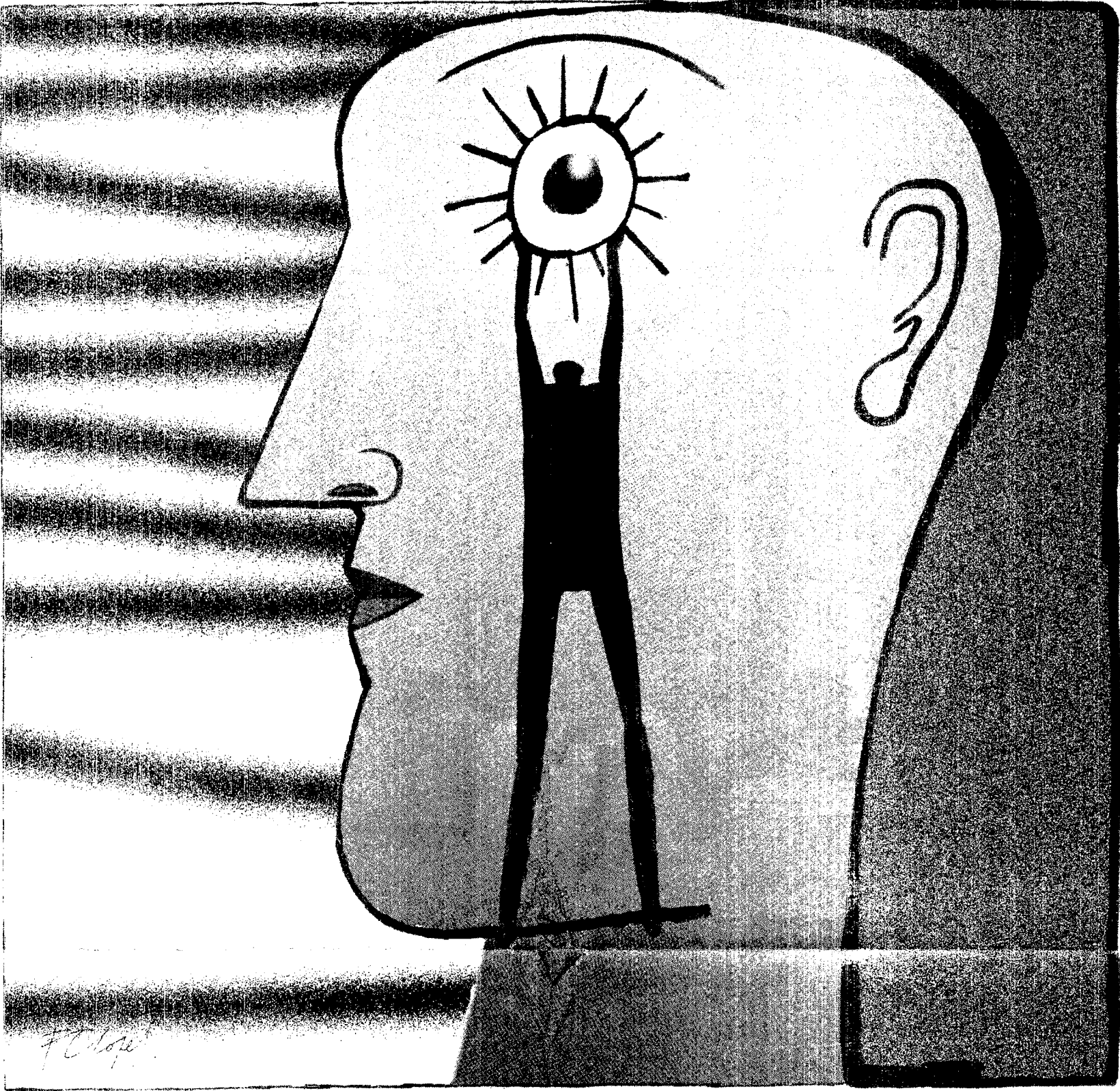
Em Teresina, começou com um grupo de cinco pessoas que, sob a orientação da Secretaria de Educação do estado, iniciou as discussões para o plano. “Em um mês, tínhamos mais de 300 pessoas participando”, lembra a diretora Simone Cunha. Com 2,8 mil alunos da 5ª série ginasial até o 2º grau, o colégio tinha graves problemas de disciplina e vandalismo.

“Resolvemos elaborar uma espécie de bíblia, com 24 regras básicas que teriam de ser cumpridas por todos, pois concordaram com elas desde o início”, conta Simone. Coisas do tipo: chegou atrasado, leva meia falta e só entra com justificativa da família para o atraso. Antes do sinal para saída, só pode ir embora com autorização por escrito dos pais. Se o estudante quebrar a carteira, os pais pagam o estrago. Contra os gazeteiros: a velha agenda escolar, recolhida no início da aula e devolvida na saída com o devido sinal de presença. De noite, os pais reforçavam a disciplina conferindo a agenda.

O resultado foi tão bom que hoje a Escola Pires de Castro é a única do bairro sem um registro de apreensão de drogas ou agressão física contra professores. Foram organizadas diversas palestras depois da aula sobre os efeitos das drogas para saúde. Policiais falaram sobre as consequências legais de uma apreensão. Gente da comunidade deu depoimento pessoal sobre suas experiências como usuário de drogas. E, para garantir a presença dos alunos, os professores de história e biologia encomendaram trabalhos baseados nos seminários.

## INCENTIVO

Outras escolas do estado também aderiram à filosofia do planejamento escolar. O incentivo saiu do orçamento da Secretaria de Educação do Piauí, que garantia financiar 30% das melhorias de infra-estrutura previstas no PDE do colégio. Infelizmente, na hora de cumprir a promessa o governo estadual desconversou, dizendo estar sem dinheiro. “A nossa parte de mudar a estrutura de organização nós fizemos, mas para irmos além é preciso dinheiro”, diz Simone Cunha.



Mas a ideia de planejar a vida escolar para melhorar os resultados não parou no Piauí. A Secretaria de Educação de Minas Gerais também incentivou o PDE, e já conseguiu R\$ 325 mil de financiamento do Banco Mundial para implantá-lo nas 6 mil escolas da rede estadual.

O programa Fundescola — parceria entre o Banco Mundial e o Ministério da Educação para melhoria do ensino fundamental no Norte e Centro-Oeste — separou parte dos US\$ 125 milhões destinados à primeira etapa do programa para financiar metas dos PDEs desenvolvidos nas escolas.

Ao todo, foram selecionados 401 colégios do Norte e Centro-Oeste, que serão orientados e assistidos na elaboração e execução de seus planos de desenvolvimento escolar.

## PASSO A PASSO

Para facilitar a confecção do que será o primeiro PDE dessas escolas, técnicos do Projeto Nordeste

preparam um manual mostrando passo a passo como fazer esse planejamento.

Primeiro vem a criação de um grupo pequeno com representantes da comunidade e da escola, que irá chamar o máximo possível de pessoas para o debate. Depois faz-se uma radiografia dos principais problemas.

O guia inclui um questionário para avaliar todas as áreas de atuação da escola, dos professores, passando pelo desempenho dos alunos, pela disciplina e segurança, até a participação da família.

Com tudo pronto, chega a hora de definir o que a comunidade quer da escola e a partir daí estabelecer metas concretas e prazos para sua execução. “Esse tipo de planejamento fará com que cada escola tenha uma característica diferente, mais próxima da comunidade à qual está ligada”, prevê Alvina Bof, uma das técnicas que elaboraram o guia.

Assim, dentro de um mesmo bairro haverá escolas com perfis diferentes. “Na zona rural é preciso ensinar levando em conta a experiência das pessoas. Um menino crescido no Rio tem referenciais diferentes de outro do sertão pernambucano”, exemplifica José Amaral, coordenador de gestão educacional do Projeto Nordeste.

## MUDANÇAS

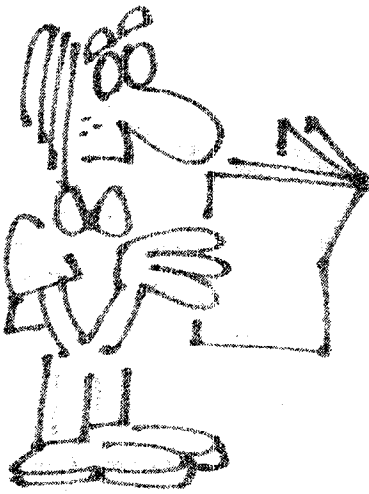
A expectativa dos técnicos do Ministério é que as mudanças provocadas pelo PDE não fiquem só dentro da escola. “As secretarias estaduais e municipais terão que se adaptar ao novo esquema. E os políticos acostumados a usar os colégios como esferas de influência também”, antecipa Amaral.

Isso porque o dinheiro para as obras de infra-estrutura ou compra de material não passará pelas secretarias. O dinheiro irá direto para a conta da escola e será administrado pelos conselhos escolares

(diretoria e associação de pais e mestres).

Na maior parte dos colégios públicos a escolha dos diretores fica muito ligada a indicações políticas. Muda o partido do governador e da bancada majoritária na Assembleia Legislativa e começa a dança das cadeiras. “Ninguém pode dar continuidade a um trabalho, se depender de favores políticos para permanecer no cargo”, argumenta Amaral.

Para tornar a transição o mais suave possível nos estados, o Projeto Nordeste irá treinar as pessoas das secretarias, os diretores de escolas e os professores para utilizar o PDE. Também foram contratados monitores do programa em cada estado. “Eles acompanharão e darão toda assistência necessária ao processo de feitura e depois de implantação do PDE em cada escola”, explica Alvina. As informações serão repassadas para a coordenação do Projeto Nordeste, em Brasília.



## PROVÃO

Os graduandos que irão participar do Exame Nacional de Cursos, o Provão, em junho, já começaram a receber seu exemplar da *Revista do Provão* pelo correio. A proposta do

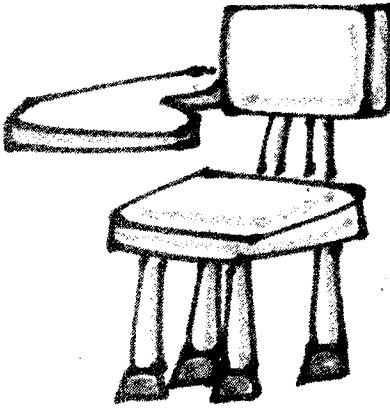
Ministério da Educação é que a revista dê uma visão geral do mercado de trabalho, abordando mais do que o salário, mas a possibilidade de satisfação pessoal. Os coordenadores de curso também deverão receber alguns exemplares para distribuir aos calouros.

## PROVÃO II

O Inep informa que a paralisação dos professores das universidades federais, em greve há 53 dias, não mudará o cronograma do Provão. As inscrições chegaram em dia em Brasília e está tudo pronto para a aplicação do exame.

## CRÉDITO

Todos querem resolver o problema de falta de dinheiro para o



Crédito Educativo. Mas, entendimento que é bom, até agora nada. Um projeto de lei consolidado pelo deputado Roberto Brant (PSDB-MG) estava na pauta de votação da Câmara, com regime de urgência, desde a semana passada. O Ministério da Fazenda não gostou da ideia de destinar 100% dos recursos da loteria para o programa e vetou o projeto. Resultado: a votação foi

novamente transferida, sem perspectiva de solução no horizonte.

## Crédito II

Os 108 mil alunos de todo o país que recebem bolsa do Programa de Crédito Educativo têm até o dia 5 de junho para comparecer em uma agência da Caixa Econômica Federal e renovar o contrato. O Ministério da Educação avisa que o prazo não será prorrogado e o não comparecimento será interpretado como desistência.

## TERCEIRA IDADE

A PUC de Campinas, interior de São Paulo, resolveu ampliar suas

vagas. Mas não para os jovens concluintes do 2º grau. O programa, chamado *Universidade da Terceira Idade*, oferece a chance para pessoas acima de 65 anos fazerem as disciplinas que quiserem na faculdade. Não se trata de conseguir um diploma, mas conhecer mais sobre assuntos de seu interesse. Mais de 100 idosos já se matricularam no programa.

